

El Consenso de Washington, vulnerabilidad externa y sobreexplotación del trabajo en América Latina: un análisis a la luz de la teoría marxista de la dependencia

The Washington Consensus, external vulnerability and overexploitation of work in Latin America: an analysis by the marxist theory of dependency

O Consenso de Washington, vulnerabilidade externa e a superexploração do trabalho na América Latina: uma análise à luz da teoria marxista da dependência

MATEUS MABELINI BATISTA*

LEONARDO CARNUT**

ÁQUILAS MENDES***

RESUMEN: Este artículo analiza las consecuencias reales del Consenso de Washington para el capitalismo dependiente latinoamericano, a partir de la década de los noventa, con el fin de dilucidar y esclarecer los aspectos restrictivos en términos sociales y económicos para los países de la región, especialmente en relación con vulnerabilidad externa y relaciones laborales, a la luz de la teoría marxista de la dependencia. Utilizamos una interpretación materialista histórica de esta relación basada en datos cualitativos y cuantitativos. Así, el desarrollo del artículo se estructura en tres secciones. La primera analiza las bases conceptuales del Consenso de Washington en América Latina. La segunda se centra en el tema del capitalismo dependiente en los países latinoamericanos bajo la teoría marxista de la dependencia; y la tercera se centra en evaluar los efectos del Consenso de Washington sobre la intensificación del capitalismo dependiente en América Latina. A lo largo del argumento, demostramos cómo el Consenso de Washington fue el detonante necesario para el proceso de dependencia y sobreexplotación del trabajo en este continente.

PALABRAS CLAVE: *Consenso de Washington, teoría de la dependencia marxista, América Latina, sobreexplotación de la fuerza laboral.*

ABSTRACT: This article analyzes the real consequences of the Washington consensus for Latin American dependent capitalism, starting in the 1990s, in order to elucidate and clarify the restrictive aspects in social and economic terms for the countries of the region, especially

* Economista de la Pontificia Universidad Católica de São Paulo (PUC-SP). <mateus_mabelini@hotmail.com>.

** Pos-Doctor en Salud Pública (Ciencias Sociales y Humanas en Salud) de la Facultad de Salud Pública de la Universidad de San Pablo (FSP-USP). Profesor adjunto "I", adscrito en el Centro de Desarrollo de la Enseñanza Superior en Salud de la Universidad Federal de San Pablo (CEDESS-UNIFESP). Vice-coordinador del Programa de Posgrado de Enseñanza en Ciencias de la Salud (PPGCES) de la Universidad Federal de San Pablo (UNIFESP). <leonardo.carnut@unifesp.br>.

*** Doctor en Economía de la Universidad Estadual de Campinas (UNICAMP). Profesor libre-docente en Economía Política de la Salud, adscrito en la Pontificia Universidad Católica de São Paulo (PUC-SP) y en la Facultad de Salud Pública de la Universidad de San Pablo (FSP-USP). Líder del Grupo de Estudios Salud, Estado y Capitalismo Contemporáneo (SECC) de la Facultad de Salud Pública de la Universidad de San Pablo (FSP-USP). <aquilasmendes@gmail.com>.

in relation to external vulnerability and labor relations, in the light of the Marxist Theory of Dependence. We use a historical materialist interpretation of this relationship based on qualitative and quantitative data. Thus, the development of the article is structured in three sections. The first discusses the conceptual bases of the Washington Consensus in Latin America. The second focuses on the theme of dependent capitalism in Latin American countries under the Marxist Theory of Dependency, and the third focuses on assessing the effects of the Washington Consensus on the intensification of dependent capitalism in Latin America. Throughout the argument, we demonstrated how the Washington Consensus was the necessary trigger for the process of dependence and overexploitation of work on this continent.

KEYWORDS: *Washington Consensus, marxist dependency theory, Latin America, overexploitation of the workforce.*

RESUMO: Este artigo analisa as reais consequências do consenso de Washington para o capitalismo dependente da América Latina, a partir dos anos 1990, de forma a elucidar e tornar mais claro os aspectos restritivos em termos sociais e econômicos para os países da região, principalmente, em relação à vulnerabilidade externa e as relações de trabalho, sob a luz da Teoria Marxista da Dependência. Usamos uma interpretação materialista histórica desta relação apoiando-se em dados qualitativos e quantitativos. Assim, o desenvolvimento do artigo está estruturado em três seções. A primeira discute as bases conceituais do Consenso de Washington na América Latina. A segunda se centra na temática do capitalismo dependente nos países latino-americanos sob a Teoria Marxista da Dependência e, a terceira, focaliza o balanço dos efeitos do Consenso de Washington na intensificação do capitalismo dependente na América Latina. Ao decorrer da argumentação demonstramos como o Consenso de Washington foi o gatilho necessário para o processo de dependência e superexploração do trabalho neste continente.

PALAVRAS-CHAVE: *Consenso de Washington, teoria marxista da dependência, América Latina, superexploração da força de trabalho.*

RECIBIDO: 26 de mayo de 2021. **ACEPTADO:** 30 de junio de 2021.

INTRODUÇÃO

Nota-se, atualmente, que países latinoamericanos estão aprofundando cada vez mais suas agendas neoliberais como forma de contornar suas crises persistentes. Percebe-se, diante da radicalização desta agenda, uma decorrência da sintomática insatisfação popular com os governos latinos, nos últimos anos. Neste cenário de desemprego persistente e baixos índices de crescimento, emergiu novamente na América Latina o receituário de políticas neoliberais como forma de solução para os problemas econômicos e sociais. Entretanto, ao resgatar a história latino-americana entende-se que não se trata de nenhuma novidade a persuasão neoliberal para efetivação de suas políticas econômicas nos países dependentes da América Latina.

O contexto político-econômico na América Latina no começo dos anos 1990 nos demonstra isto. Observa-se que as classes dirigentes aderiram à visão de que a crise econômica sofrida nos anos 1980 seria solucionada com a adesão dos postulados do Consenso de Washington. Desta forma, os respectivos governos eleitos da América

Latina deveriam adotar a implementação destas medidas e posteriormente sustentar esse discurso ao longo dos anos. Pareceu conveniente e eficaz a essas classes dirigentes pressionar o campo político e social para que se aceitasse a tese de uma particular presença do Estado, viabilizando principalmente: a privatização de empresas estatais, a redução dos gastos públicos com base numa disciplina fiscal, abertura comercial e financeira. Contudo, esta escolha implicou em claro processo de concentração de renda, de piora significativa dos indicadores sociais, no aumento do desemprego e consequentemente no agravamento dos conflitos sociais. Não se trata aqui de uma dominância do econômico sobre o político, nem de uma abstração idealista excessiva, e nem de uma rejeição da importância da luta de classes. Trata-se de uma análise científica em que se destaca as reais determinações sociais da própria sociabilidade humana e entender os fundamentos do político.

A partir deste esclarecimento inicial com o intuito de evitar interpretações equivocadas, retomemos torna-se interessante acrescentar à discussão uma argumentação pouco utilizada: a da Teoria Marxista da Dependência (TMD), especialmente no que tange às categorias 'superexploração da força de trabalho' e 'dependência'. Neste enfoque a centralidade argumentativa da dialética da dependência reside na aplicação de categorias alinhadas com o materialismo histórico-dialético da economia política. Portanto, tal visão esforça-se em explicar a essência das relações sociais e materiais de produção.

Assim, o objetivo deste estudo é analisar as reais consequências do consenso de Washington para o capitalismo dependente da América Latina, a partir dos anos 1990, de forma a elucidar e tornar mais claro os aspectos restritivos em termos sociais e econômicos para os países da região, principalmente, em relação à vulnerabilidade externa e as relações de trabalho, sob a luz da Teoria Marxista da Dependência. Para isto este artigo está estruturado em três seções. A primeira se discute as bases conceituais do Consenso de Washington na América Latina. A segunda se centra na temática do capitalismo dependente nos países latino-americanos sob a Teoria Marxista da Dependência e, a terceira focaliza o balanço dos efeitos do Consenso de Washington na intensificação do capitalismo dependente na América Latina.

BASES CONCEITUAIS DO CONSENSO DE WASHINGTON NA AMÉRICA LATINA

As políticas econômicas do Consenso de Washington

No final da década de 1980, os países da América Latina haviam perdido a capacidade de encontrar soluções efetivas para seus desequilíbrios econômicos. Essa incapacidade dos governos latinos, em um cenário de dívida externa insustentável e de um processo inflacionário descontrolado, intensificava uma instabilidade política, social

e econômica sem qualquer perspectiva do que deveria ser feito para interromper tais desajustes.

Foi neste contexto, que do ponto de vista do imperialismo norte-americano, estabeleceu-se um encontro em novembro de 1989 na cidade de Washington com o objetivo de diagnosticar e receitar os “remédios” para a crise latino-americana. Soma-se a isso que o desajuste econômico na região da América Latina interferia diretamente nos interesses comerciais dos Estados Unidos, já que sua capacidade de importação diminuía e a sustentabilidade do pagamento da dívida externa era um assunto cada vez mais nebuloso.

Bandiera (2002) introduz esses aspectos com muita clareza:

No final dos anos 80, considerada a “década perdida” para o desenvolvimento, a situação não só do Brasil como de toda a América Latina afigurava-se muito difícil e sombria. Solução viável não se percebia para o problema da dívida externa, com o qual os desinvestimentos conjugavam-se, devido à crescente fuga de capitais tanto estrangeiros quanto nacionais, carreando a estagnação econômica, em meio de incontrolável processo inflacionário. Essa crise, que começava a afetar seriamente os interesses dos Estados Unidos ao reduzir na América Latina a capacidade de importar e atender ao serviço da dívida externa (Bandiera, 2002: 1).

A reunião em Washington foi formada por funcionários do governo norte-americano, entidades financeiras e economistas latino-americanos convidados, cuja finalidade era coordenar esses esforços para avaliar e propor as novas perspectivas para a América Latina. Posteriormente, foi dado o nome de Consenso de Washington para esse encontro.

Batista (1994) resume objetivamente a origem do Consenso de Washington:

Em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados – FMI, Banco Mundial e BID – especializados em assuntos latino-americanos. O objetivo do encontro, convocado pelo *Institute for International Economics*, sob o título ‘*Latin American Adjustment: How Much Has Happened?*’, era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. Para relatar a experiência de seus países também estiveram presentes diversos economistas latino-americanos. Às conclusões dessa reunião é que se daria, subsequentemente, a denominação informal de ‘Consenso de Washington’ (Batista, 1994: 5).

O Consenso de Washington obteve ao seu final a indicação resumida de dez medidas a serem aplicadas pelos governos latino-americanos a fim de resolver as lacunas deixadas da década de 1980. Destacam-se as seguintes medidas: disciplina fiscal, mudanças das prioridades no gasto público, reforma tributária, taxas de juros positivas, taxas de câmbio de acordo com a lei do mercado, liberalização do comércio, fim das restrições aos investimentos estrangeiros, privatização das empresas estatais, desregulamentação das atividades econômicas e garantia dos direitos de propriedade.

As propostas para a crise latino-americana nitidamente possuíam uma relação com o novo pensamento liberal que ganhava espaço no começo dos anos 1990. Impulsionados pela escola de Chicago, em que Milton Friedman e seus seguidores, conhecidos como *Chicago Boys*, ganhavam centralidade nos debates econômicos ao redor do mundo, propondo redução do Estado na economia e ampla abertura comercial como métodos de crescimento econômico.

Anderson (1995) traz uma excelente definição de como essa visão neoliberal se estrutura como pensamento econômico:

O Neoliberalismo é uma doutrina econômica que preconiza a restrição à intervenção estatal na economia e o fundamentalismo de livre-mercado que, segundo George Soros, criador dessa expressão, *coloca o capital financeiro ao volante da economia*. Retoma a clássica metáfora liberal de Adam Smith de que a “mão invisível” conduziria o capitalismo ao equilíbrio econômico. Bastaria, para isso, o controle inflacionário e do déficit público, segundo os neoliberais da Escola de Chicago (Anderson, 1995: 8, grifo nosso).

Alicerçado nos pressupostos do pensamento neoliberal, o Consenso de Washington foi utilizado como a primeira iniciativa de alinhamento de toda a América Latina com as soluções econômicas elaboradas pelos arautos da escola de Chicago.

Anderson (1995) nos ajuda a compreender esse tema e suas posteriores consequências:

O Consenso de Washington acabou por traduzir os preceitos neoliberais num contexto de crise das economias de planejamento central do mundo socialista e da queda do muro de Berlim. A implantação sem questionamentos do receituário “infalível” do FMI para o desenvolvimento econômico do mundo subdesenvolvido trouxe consequências diversas, em muitos casos, bastante negativas, reveladas pela crise asiática de 1997, pela crise da Rússia em 1998 e pela “quebra” da Argentina em 2002 (Anderson, 1995: 8).

Devido ao forte caráter acadêmico desse encontro, o seu significado havia sido mais simbólico do que deliberativo. Por conta disso, a estratégia política para sua efetivação foi aliciar e convencer as classes dirigentes da América Latina que toda a estagnação econômica gerada nos anos 1980 se devia, exclusivamente, aos erros das políticas econômicas aplicadas em seus respectivos países. Portanto, uma crise endógena que não se relacionava de modo algum com outros fatores externos no cenário internacional.

Sob esses aspectos Batista (1994) indica a importância desta estratégia para a adesão das classes dirigentes latino-americanas:

Tudo se passaria, portanto, como se as classes dirigentes latino-americanas se houvessem dado conta, espontaneamente, de que a gravíssima crise econômica que enfrentavam não tinha raízes externas – a alta dos preços do petróleo, a alta das taxas internacionais de juros, a deterioração dos termos de intercâmbio – e se devia apenas a fatores internos, às equivocadas políticas nacionalistas que adotavam e às formas autoritárias de governo

que praticavam. Assim, a solução residiria em reformas neoliberais apresentadas como propostas modernizadoras, contra o anacronismo de nossas estruturas econômicas e políticas (Batista, 1994: 7).

Além das manobras políticas de convencimento das frações burguesas locais da América Latina, foi articulado o papel da imprensa latino-americana na defesa dos postulados do Consenso de Washington. Essa imprensa seria a propagadora da necessidade de efetivação dos postulados para a “modernização” das economias locais, de forma que qualquer outro caminho fosse rotulado de *atrasado e ineficaz*.

Batista (1994) nos ajuda a entender o papel da imprensa para a disseminação da necessidade das reformas neoliberais contidas no Consenso de Washington:

A imprensa, por meio de editoriais ou de articulistas entusiastas do novo velho credo, alguns de passado esquerdista, colocaria na defensiva todos os que não se dispusessem a aderir à autodenominada “modernização pelo mercado”, qualificando-os automaticamente como retrógrados ou “dinossauros”. Mas essa mesma imprensa registraria, com respeito e sem quaisquer reparos, declarações do presidente da *General Motors* Mundial quando veio ao Brasil defender a necessidade de se conter o ímpeto da abertura comercial, com o natural receio de não poder a GM norte-americana competir no mercado brasileiro com os veículos de origem japonesa ou coreana, caso aquele processo prosseguisse. Caberia, assim, aos investidores americanos e europeus, e não aos empresários nacionais, assumir a defesa da indústria instalada no país através da política de substituição de importações condenada pela onda neoliberal (Batista, 1994: 7).

Por fim, torna-se importante compreender o grau de subordinação que toda a América Latina se expõe ao caminhar em direção ao receituário encaminhado por Washington no final dos anos 1980. Toda a engenharia neoliberal e os seus efeitos colaterais tornariam cada vez mais distante qualquer horizonte de independência e confrontação dos reais problemas presentes nos países latino-americanos.

Batista (1994) ajuda a esclarecer essa fragilidade apresentada acima:

O Consenso de Washington documenta o escancaramento das economias latino-americanas, mediante processo em que acabou se usando muito mais a persuasão do que a pressão econômica direta, embora esta constituísse todo o tempo o pano de fundo do competentíssimo trabalho de convencimento. Certamente, uma versão mais sofisticada e sutil das antigas políticas colonialistas de *open-door* nas quais se apelava, sem maiores constrangimentos, à força das canhoneiras para “abrir os portos de países amigos” (Batista, 1994: 26).

A América Latina nos anos pós-Consenso de Washington

As previsões otimistas de que a implementação das reformas neoliberais oriundas do Consenso de Washington traria efeitos rápidos e positivos para o desenvolvimento da América Latina foram ao longo dos anos se revelando ineficazes, gerando uma sensação de desalento tanto nos governos quanto nas populações latino-americanas. A confiança no seu sucesso talvez tenha deixado passar despercebida a demasiada simplicidade e o quão genéricas eram as propostas indicadas pelo consenso.

Ao desconsiderar as especificidades políticas, econômicas e sociais de cada país da América Latina, os formuladores dos postulados de Washington atestavam, provavelmente sem nenhum pudor, seu completo desconhecimento da complexidade que representa a região latino-americana, repleta de processos históricos turbulentos, carregados de conflitos e desagregações do tecido social.

Segundo Naím (2000) os resultados do pós-consenso de fato não resultaram no esperado pelos seus idealizadores:

Infelizmente, a relativa simplicidade e a suposta confiabilidade do Consenso de Washington não foram vivenciadas pelas reformas liberalizantes ocorridas durante a década de 90. Os formuladores de políticas muitas vezes implementavam uma versão incompleta do modelo, e os resultados obtidos foram bem diferentes daqueles prometidos pelos políticos, esperados pelo público e previstos pelos modelos econométricos do Banco Mundial (Naím, 2000: 2).

Comprovou-se, sem muitos mistérios, a profunda ineficiência na solução das desigualdades sociais. Pelo contrário, as disparidades sociais aumentaram gradativamente nos anos posteriores em função da aplicação das reformas neoliberais. Além disso, os defensores das reformas ficaram frustrados com as poucas reações significativas de crescimento econômico na região.

Schneider (2008) esclarece esses aspectos de maneira direta:

Mesmo aqueles que apoiavam o Consenso de Washington tiveram que admitir que ele não teve êxito em estimular o crescimento econômico em níveis semelhantes aos da Ásia. O prometido *trickle-down*¹, impacto sobre a pobreza e a desigualdade, nunca alcançou os pobres e os excluídos. Nem as suas políticas alcançaram os prometidos níveis capazes de acelerar o crescimento (Schneider, 2008: 24).

Há também de se observar com atenção os efeitos gerados, devido ao fracasso das reformas neoliberais, sob as recém-restauradas democracias latino-americanas em um cenário de conflito social e político.

¹ *Trickle-down*: (economia do gotejamento) é a redução dos impostos dos mais ricos com a intenção de estimular a economia.

Com a estagnação econômica e as tensões políticas dos anos 1980, as enormes expectativas cultivadas nas sociedades latino-americanas sobre o sucesso das políticas econômicas vindas de Washington foram, posteriormente, o motor de sucessivas revoltas populares, questionamentos aos seus respectivos governos e pressões políticas por um novo caminho.

Visto isso, o que se viu ao longo da década de 1990 foram diversas interrupções de mandatos presidenciais nos países da América latina, destituição de alguns presidentes e novas crises reativadas sobre quais os horizontes restariam para o futuro da região. Schneider (2008) novamente destaca com a devida clareza a configuração dos acontecimentos indicados acima:

[...] doze presidentes não terminaram seus mandatos desde 1990; e desde 2000, três presidentes foram destituídos somente no Equador, dois presidentes destituídos do cargo na Bolívia e um no Haiti. Legítimas frustrações para cujos países as reformas econômicas não ofereceram nenhuma melhora visível ou suficiente na vida de seus cidadãos ou expectativa de seus descendentes, tendo acarretado populismo e minado o sistema econômico, que nada produziu para eles. (Schneider, 2008: 24).

Os três gigantes: as políticas neoliberais no Brasil, México e Argentina

A análise das políticas neoliberais é aqui restrita aos três países Brasil, México e Argentina. Isto porque se referem aos países com os maiores indicadores de vulnerabilidade externa e que contam com o maior volume de transações comerciais na América Latina (Salama, 2009).

O ano de 1989 foi marcado por uma das eleições presidenciais mais disputadas e históricas no Brasil, após vinte e nove anos a população brasileira poderia finalmente escolher seu presidente por meio do voto direto. Inúmeras lideranças políticas participaram do pleito, tornando assim a eleição daquele ano como uma das mais lembradas e importantes do país. No segundo turno das eleições a disputa ficou entre Luiz Inácio Lula da Silva, um dos principais líderes sindicais do país representando a esquerda, e Fernando Collor de Melo, o jovem político alagoano candidato da direita.

Collor venceu e se tornou o novo presidente da República. Isto significava também a vitória de projeto político disposto a implantar as políticas indicadas pelo Consenso de Washington, já que, como candidato, Collor já tinha se comprometido com as reformas neoliberais baseadas nos postulados prescritos da reunião de Washington. A partir disto, era claro que ele seria o principal articulador e mantenedor tanto da efetivação das políticas neoliberais, quanto dos interesses norte-americanos no Brasil.

Segundo Batista (1994) o então presidente deixava claro suas intenções de efetivação da proposta recém-formulada em Washington:

Com Collor é que se produziria a adesão do Brasil aos postulados neoliberais recém-consolidados no Consenso de Washington. Comprometido na campanha e no discurso de posse com uma plataforma essencialmente neoliberal e de alinhamento aos Estados Unidos, o ex-presidente se disporia a negociar bilateralmente com aquele país uma revisão, a fundo, da legislação brasileira tanto sobre informática quanto sobre propriedade industrial, enviando subsequentemente ao Congresso projeto de lei que encampava as principais reivindicações americanas (Batista, 1994: 27).

Um dia após a sua posse como presidente, Collor anunciava seu primeiro plano econômico. Ele consistia na redução forçada da liquidez como mecanismo de controle da taxa de inflação, aplicando assim um modelo heterodoxo de ajuste econômico. Além disso, iniciou a implantação do Programa Nacional de Desestatização e de ampla reforma administrativa.

Contudo, apesar da aparência heterodoxa para controle da inflação, o plano possuía também a objetivação de estabelecer as condições à efetivação das políticas neoliberais em um segundo momento. Para Maciel (2011) era certo que os primeiros passos da definição econômica heterodoxa de Collor seriam mera aparência:

Apesar de medidas aparentadas com o receituário heterodoxo, como a reforma monetária e o controle de preços, o conteúdo econômico do plano era marcadamente ortodoxo e neoliberal, evidente na estratégia de contenção da inflação pela redução drástica da liquidez, na liberalização da taxa de câmbio e das importações e no projeto de reforma patrimonial e administrativa do Estado. Na verdade, o Plano Collor I anunciou a aurora da era neoliberal...(Maciel, 2011: 102).

Depois de alguns meses que o Plano Collor I havia sido efetivado, a inflação chegou a ter uma queda significativa, porém mais tarde voltou a crescer e frustrou a tentativa de estabilização dos preços ainda em 1990.

O governo Collor se via novamente na necessidade de apresentar um novo plano econômico em resposta às deficiências e ineficácias deixadas pelo primeiro plano. Por isso, ainda no seu primeiro mandato, Collor organiza o Plano Collor II, sendo que desta vez a execução do plano seria explicitamente de cunho ortodoxo, e as políticas econômicas de ajuste nitidamente relacionados com as receitas enviadas pelo Consenso de Washington. Maciel (2011) novamente nos ajuda a compreender como se deram os fatos desse segundo plano proposto pelo governo Collor:

Com menos de um ano de mandato, Collor anunciava um novo plano econômico (Collor II), também impotente diante da crise econômica e da inflação, e logo em seguida promovia significativa mudança no comando da equipe econômica, com a entrega do Ministério da Economia para Marcílio Marques Moreira, diplomata e economista ligado

ao capital financeiro. Esta passa a adotar uma orientação marcadamente ortodoxa, baseada na alta dos juros, na restrição ao crédito, no corte de gastos públicos, na liberalização da área financeira e na renegociação da dívida externa, estas últimas medidas visando favorecer a entrada de capitais e a melhora das relações com o sistema financeiro internacional (Maciel, 2011: 103).

Assim como o primeiro plano, a segunda tentativa do governo Collor de implantação da agenda neoliberal proposta pelo Consenso de Washington não consegue responder aos problemas econômicos brasileiros. Isso resultou na persistência da crise a qual o país continuava a se aprofundar. Segundo Boito Jr. (2005):

a escalada inflacionária continuou, com o IGP (Índice Geral de Preços) fechando o ano de 1991 com 404,70% e dobrando em 1992, subindo para 991,4% (Filgueiras, 2000, *apud* Boito Jr, 2005: 155).

O crescimento do PIB para esse autor obteve os seguintes resultados:

Ao lado de um acelerado aumento da taxa de desemprego e da redução dos salários, a taxa de crescimento do PIB, que já tinha sido fortemente negativa em 1990 (-4,4%), elevou-se timidamente em 1991 (1,1%), para cair novamente em 1992 (-0,9%), configurando uma clara recessão econômica (Filgueiras, 2000, *apud* Boito Jr., 2005: 160).

Finalmente, vieram as consequências políticas após dois anos de governo Collor. A indiscutível crise econômica que se apresentava ao governo, já fragilizava seu apoio popular e também o poder político para articular as aprovações no Congresso. Como se não bastasse, a partir de 1992 surgem as denúncias de esquema de corrupção envolvendo seus assessores. Sem muitas condições de reagir a diversos problemas mostrados anteriormente, Collor sofre o processo de *impeachment* e deixa de ser o presidente do país.

Por fim, mesmo após a decepção gerada pelo fiasco dos planos de neoliberais de estabilização do governo Collor, o que se viu foram seus sucessores (Fernando Henrique com muita intensidade e Lula e Dilma com 'algum' gasto social) recorrendo às mesmas reformas neoliberais na intenção de impulsionar crescimento econômico, emprego e inflação controlada.

Já no caso mexicano, é importante pensar, em um primeiro momento, nas redefinições das políticas econômicas a partir de 1982, devido a grave crise da dívida externa naquele ano.

Com o sinal de esgotamento do modelo de substituição de importação praticado pelo México até então, surgia uma alternativa de estabilização ortodoxa imposta pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) como maneira de retomar o crescimento e solucionar o problema da dívida externa. Para Guillén (2012) esse programa de estabilização já representava para ao México o início de uma etapa neoliberal em sua economia:

A crise da dívida externa de 1982 sinalizou o fim do Modelo de Substituição de Importações (MSI). A decisão dos credores externos de suspender o financiamento voluntário e a rigidez dos programas de ajustamento imposta pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) obrigaram os países da América Latina a projetar suas economias no exterior e financiar o pagamento do serviço da dívida obtendo um excedente na balança de comércio, o que se traduziu numa compressão drástica da capacidade de importação e os níveis de investimento, consumo e emprego. Desde 1983, a transição para o Modelo Neoliberal (MN) começou no México, como em outros países da América Latina, um modelo de economia aberta, orientado para fora, caracterizado pela conversão da exportação de manufaturados no eixo do padrão de acumulação (Guillén, 2012: 58).

O Governo de Miguel de la Madri ficou responsável pela aplicação dos ajustes exigidos pelo FMI, conforme Guillén (2012) aponta:

Durante a administração de Miguel de la Madrid (1982-1988), que praticamente cobriu a chamada década perdida, o México aplicou um draconiano programa de ajuste monitorado pelo FMI, que incluiu, entre outras medidas, a redução drástica dos gastos públicos, a contração do crédito, a aumento das taxas de juros, aumento dos impostos sobre o consumo, bem como a contenção salarial, através da imposição de “limites máximos” (Guillén, 2012: 58).

Sem o retorno esperado de crescimento da atividade econômica, e de controle inflacionário ao final dos anos 1980, o ajuste ortodoxo acabou se revelar ineficaz. Por isso, fez-se necessário traçar uma nova estratégia de enfrentamento dos desequilíbrios econômicos que se mostravam persistentes. Foi assim que o governo de Salinas de Gortari (1989-1994) recebe bem a proposta elaborada pelo Consenso de Washington. Segundo Guillén (2012) o fracasso do programa anterior fez com que houvesse rápida adesão do México às políticas econômicas do Consenso de Washington:

O fracasso do ajuste ortodoxo da década de 1980 obrigou a repensar a reforma neoliberal. O México foi novamente a cobaia. Era urgente controlar a inflação e encontrar uma nova fórmula para reativar o crescimento econômico. [...] Corresponhia ao governo de Salinas de Gortari (1989-1994) para promover a nova estratégia delineada no Tesouro dos EUA e nas agências multilaterais (Guillén, 2012: 60).

A estratégia de aplicação do novo programa econômico, embasado nas diretrizes do Consenso de Washington, desenrolou-se por meio da execução de fases sucessivas. Sendo relevante destacar o papel da segunda fase, referente à renegociação da dívida externa, e a terceira fase, correspondente a concretização do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta). A primeira ação do governo de Salinas de Gortari foi atuar na renegociação da dívida externa, pretendendo reacender as expectativas dos investidores otimistas com a reforma neoliberal. De acordo com Guillén (2012), imediatamente ao renegociar a dívida, o governo realizou a abertura de conta de capital

no México, considerando tal medida importante para retomada de crescimento e de financiar o desequilíbrio da conta corrente mexicana.

A terceira fase completada em 1994, último ano de governo de Gortari, teve como objetivo firmar o acordo do Nafta, provendo assim um processo de aceleração da privatização de ativos públicos em território mexicano. O acordo foi feito em consonância com os interesses de governos e grupos empresariais e serviu para ampliar os mercados e potencializar retornos financeiros. Conforme explana Guillén (2012) o acordo seria a coroação final de anos de reformas neoliberais no México:

O Nafta foi a joia da coroa [...]. Foi sobre um acordo entre governos e grupos empresariais oligopolistas que viram na integração uma alavanca importante para expandir seus mercados e áreas de atuação e influência, bem como maximizar seus benefícios (Guillén, 2012: 62).

Após a efetivação das políticas econômicas orientadas pelo Consenso de Washington, o que se observou na econômica mexicana não aparentava estar compatível com os resultados idealizados por aqueles que defenderam a aplicação do modelo. Pelo contrário, o crescimento econômico modesto não correspondeu às expectativas de um retorno extraordinário no PIB do México, como se viu ao longo das décadas de 1940 até o começo dos anos 1980.

Do mesmo modo, no que diz respeito à política externa, o modelo aplicado gerou inegável submissão da economia mexicana aos interesses do capital financeiro norte-americano, provocando assim distorções profundas na estrutura comercial do México. Esses fatores fatalmente, apenas colaboram para a elevação da pobreza no país, com aumento sistemático da desigualdade social. Considerando os desdobramentos, Guillén (2012) nos traduz de modo singular as consequências do modelo neoliberal mexicano:

O Modelo Neoliberal não permitiu que o México atingisse um crescimento alto e duradouro. [...] Os resultados obtidos demonstraram a futilidade de aguardar o desenvolvimento apenas confiando no mercado, na abertura econômica e em privatizar bens públicos. Os resultados, ao contrário, têm sido, o “mau desenvolvimento”, como costumava chamar Furtado, caracterizado sim pela estagnação crônica, crises recorrente e aprofundamento da heterogeneidade estrutural, com toda a sua riqueza de informalidade e aumento da pobreza (Guillén, 2012: 67).

Já na Argentina, o processo aos postulados de Washington, se deu no governo de Carlos Saúl Menem Akil (1989-1999). O grave desajuste inflacionário, que ao final dos anos 1980, já era marcado por um comportamento hiperinflacionário, somou-se ao alto déficit público e o avanço do desemprego. Esse quadro possibilitou ao governo o apoio necessário para efetivar as medidas que julgassem importantes na correção do notável desarranjo da sua economia.

Stuhldreher (2003) assinala a conformação do governo Menem:

Em relação à primeira dimensão do regime político, isto é, ideologias, valores, princípios e crenças, na época da ascensão de Carlos Menem, em julho de 1989, se constata a cristalização de uma espécie de ruptura com a modelo atual até esse momento. No meio de uma situação econômica caótica caracterizada pela hiperinflação, o Presidente Menem recebeu amplo espaço de manobra ao assumir a liderança do país, o que lhe permitiu aplicar um programa econômico neoliberal (Stuhldreher, 2003: 6).

Neste contexto que as medidas sugeridas pelo Consenso de Washington se tornam o eixo principal do planejamento econômico do governo de Carlos Menem. Sob o mesmo pretexto difundido para outros países latinos, que a única forma viável para recuperar a economia, reestabelecer emprego e controlar a inflação, seria por meio da concretização de uma série de reformas liberalizantes. A rápida adesão da Argentina a estes postulados resultou mais tarde, como sendo um dos casos mais radicais e profundos de execução de políticas neoliberais no mundo. Batista Jr. (2002) explana bem a transformação deste país:

A Argentina foi transformada em uma espécie de laboratório para as doutrinas e políticas econômicas preconizadas pelo chamado Consenso de Washington. Poucas nações, mesmo na América Latina, foram tão longe em matéria de liberalização, integração internacional e cessão unilateral de aspectos essenciais da autonomia da política econômica nacional (Batista Jr., 2002: 83).

O processo de ajuste na Argentina se deu com a definição de duas leis logo no começo no mandato de Menem. A primeira lei aprovada foi a de 'Emergência Econômica' que decretava o fim do pagamento de subsídios a estatais e suspensão de regimes de promoção industrial, regional e de exportações por seis meses. A lei também encerrava os benefícios dados às manufaturas nacionais na compra de estatais. Já a segunda lei, a de Reforma do Estado, garantiu uma intensa evolução no processo de privatização de empresas públicas, permitindo o Estado reestruturar o setor público sem nenhum tipo de limitação (Fair, 2008).

É indispensável destacar, agora, a aprovação da terceira lei de reforma da economia argentina. Considerada polêmica e controversa, a lei de 'Convertibilidade da Moeda' previa o enfrentamento da inflação e resgate da confiança dos agentes econômicos, através da paridade cambial de peso argentino para o dólar, de modo que um peso equivaleria a um dólar. Segundo Lopes (2013) a lei chamou muita atenção na época e obteve grande sucesso contra a escalada inflacionária:

Dentre as reformas que mais chamaram a atenção está o Plano de Convertibilidade. Implementado em 1991, o plano fixou a paridade do peso argentino de um para um com o dólar americano. O modelo adotado baseava-se num regime cambial duro, o *currency*

board, que atrelava a moeda nacional ao dólar como uma forma de combater a inflação e resgatar a credibilidade junto às autoridades monetárias do país (Lopes, 2013: 4).

Apesar da eliminação da custosa inflação a economia da Argentina, a Lei de Conversibilidade não previu a sequência de choques externos que viriam anos mais tarde, levando assim a uma grande fuga de capital e completo desmantelamento do objetivo inicial do processo de ajuste. O que se viu foram consequências extraordinárias para o desenvolvimento econômico da Argentina, refletindo inevitavelmente no fracasso das reformas vinculadas ao Consenso de Washington. De acordo com Lopes (2013) os impactos do Plano de Conversibilidade geraram efeitos catastróficos para a economia da Argentina:

A situação foi se agravando conforme se chegava ao final da década de 90, principalmente em função da sequência de choques exógenos que sofreu a Argentina durante o período. A fuga de divisas foi inevitável diante crise asiática em 1997, do *default*² russo em 1998, da desvalorização do real em 1999, e da queda nos preços das commodities agrícolas e minerais. Como se não bastassem tais problemas, uma crise de confiança que teve início em 1999 e se agravou em 2001, disseminando-se entre os argentinos. [...] Não é exagero afirmar que as políticas neoliberais e o Plano de Conversibilidade levaram o país para uma crise sem precedentes em sua história. Os índices de crescimento econômico despencaram, levando a revoltas por parte da população que saiu às ruas para cobrar das governantes explicações sobre o caos econômico que se consolidara. (Lopes, 2013: 5).

Observando a Argentina após passado o governo Mauricio Macri, percebe-se a repetição da mesma estratégia de reativação econômica por meio de reformas e políticas neoliberais, que por sinal muito se assemelham com os postulados produzidos pelo Consenso de Washington. O desdobramento como já vimos não foi diferente. A inflação consta como a segunda maior do continente e seu crescimento econômico soma diversas contrações no ano de 2018.

O CAPITALISMO DEPENDENTE NOS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA SOB A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA (TMD)

Fundamentos teóricos da teoria marxista da dependência

As concepções a respeito da dependência latino-americana, na perspectiva marxista, partiram de uma conjuntura internacional na qual diversos países encontravam-se em embates históricos pela sua transformação social e política. Diante de uma factual vitória da revolução cubana, os principais expoentes desta teoria foram nitidamente

² Crise russa de 1998 que resultou em uma desvalorização do Rublo e na declaração da moratória (interrupção dos pagamentos externos) até a renegociação da dívida.

impactados por um cenário de potencialização das chances de rompimento com a ordem burguesa e de transição para o socialismo. De tal forma que, surgia com uma enorme emergência a construção de uma alternativa ao capitalismo.

Perante a imagem esperançosa de uma nova sociedade, a América Latina viu nascer uma teoria que colocasse sob o debate, muito agitado à época, a ideia de que a dependência era produto intrínseco e indissociável ao próprio modelo econômico-social vigente. Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, que vieram a ser referências fundantes nesta então batizada teoria marxista da dependência (TMD)³, organizaram-se entendendo que não só era necessário pensar os impasses latino-americanos, como também agir concretamente pela sua transformação.

Como fonte de informação clássica, esses autores se utilizaram das contribuições de Lênin, Trotsky e Rosa de Luxemburgo, principalmente acerca de explicações sobre o subdesenvolvimento associado ao imperialismo atuando na expropriação dos recursos dos países dependentes. Em particular, Rui Mauro Marini, retrabalhou esses conceitos de uma forma muito original, combinando a visão marxista com algumas noções da economia latino-americana trabalhadas por Raúl Prebisch e Celso Furtado. Marini, em sua análise, foca a maneira como a América Latina reproduz sua inserção subordinada no mercado mundial, fornecendo uma abordagem muito esclarecedora para a reprodução dependente.

Outras duas correntes no campo do debate teórico da dependência, não marxista, merecem ser mencionadas. A primeira teve como responsável Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto em seu livro “Dependência e Desenvolvimento na América Latina” (Cardoso e Faletto, 1970), ou em trabalho de Cardoso em conjunto com José Serra (Cardoso e Serra, 1978), reconhecido este último autor como um dos expoentes do pensamento neodesenvolvimentista brasileiro. A abordagem desses autores é compatível com o liberalismo, associado à matriz weberiana. Apresentam uma classificação das regiões nas modalidades de enclave ou maior autonomia, porém rejeitam o contraste entre dependência e desenvolvimento. O argumento central reside na ideia da possibilidade de um desenvolvimento da América Latina associado às empresas transnacionais, sendo posteriormente, quando Cardoso assume a presidência do Brasil em suas duas gestões, aprofunda essa proposta incorporando-a aos ditames do neoliberalismo.

A segunda corrente da dependência se aproxima do legado da CEPAL, expressando a radicalização do desenvolvimentismo. Um dos grandes representantes dessa abordagem foi Osvaldo Sunkel que busca combinar dependência e industrialismo. Desse

³ Além desses, destacamos Orlando Caputo que precisou o conceito de economia mundial e desenvolveu metodologia para o estudo das transferências de valor; Jaime Osorio que desenvolveu a categoria padrão de reprodução do capital e, com Adrian Sotelo, realizaram estudos concretos da superexploração (Luce, 2018) e André Gunder Frank (1973) considerado o precursor do debate marxista acerca da dependência.

modo, tornava-se fundamental para essa corrente a intervenção do Estado na regulação econômica. Foram, também, validadas propostas de reforma agrária (Sunkel, 1970).

Particularmente, ao se referir ao núcleo duro dos autores em torno da Teoria Marxista da Dependência, Katz (2016) enfatiza de forma clara:

A TMD foi um produto direto da revolução cubana. Até 1960, ninguém imaginava a estreia de um processo anticapitalista a 90 milhas de Miami. [...] O sucesso de Cuba interrompeu esse cenário e abriu uma grande expectativa de horizontes nas organizações socialistas para a América Latina. Marini, Dos Santos e Bambirra postularam conceitos de acordo com essa esperança. Eles participaram de organizações que lutaram contra ditaduras militares e projetos esquerdistas encorajados, no período turbulento entre a ascensão da Unidade Popular chilena (1970) e a queda do sandinismo (1990) (Katz, 2016: 1).

Diante disto, inicia-se uma movimentação de inúmeros intelectuais, localizados em diversos países da América Latina, para levar ao debate da dependência o enfoque e método dialético marxista. Dessa maneira, tinha-se como intenção a exposição tanto das inconsistências do marxismo revisionista⁴, como das limitações da visão da Cepal⁵ sobre a dependência da região. Assim, Transpadini e Stedile (2011) resumem com precisão a consolidação da TMD:

Neste cenário, ganha importância a iniciativa de um grupo de intelectuais de esquerda, brasileiros, argentinos e mexicanos, a maioria já vivendo no exílio, que retoma o debate das características da dependência latino-americana e, a partir de uma discussão intensa considera sob métodos e enfoques distintos, fazendo uma crítica profunda dos principais limites e avanços da escola cepalina latino-americana. Fazem também uma dura crítica ao marxismo revisionista (Transpadini e Stedile, 2011: 27).

Na linha de análise do marxismo revisionista, havia a compreensão de que a sociedade brasileira ainda não desenvolveu completamente as forças produtivas, de fato, capitalistas. De modo que, havia uma necessidade estratégica de ação política para a realização das forças produtivas capitalistas por meio de alianças dos trabalhadores com a burguesia nacional. Todos os principais formuladores da TMD teceram duras críticas a essa análise, pois viam a aplicação mecânica do materialismo histórico e das leis da economia política a realidade da América Latina, sucumbindo ao erro de pensar a problemática da dependência como mera resultante da necessidade de superação do atraso econômico (Transpadini e Stedile, 2011).

⁴ Tratam-se de autores que revisaram o marxismo ortodoxo a fim de identificar suas “falhas” na explicação da realidade capitalista. Para os autores da TMD, o revisionismo era problemático por rechaçar premissas fundamentais da teoria marxiana.

⁵ Comissão Econômica para América Latina e Caribe.

Partindo agora para a concepção da Cepal acerca da dependência, precisamos primeiro destacar quais os principais fundamentos dessa teoria como também suas contribuições para os teóricos da TMD, como já mencionado anteriormente. Os principais expoentes cepalinos, Raúl Prebisch e Celso Furtado, entendiam o atraso latino-americano a partir de uma tendência de *desenvolvimento desigual* entre centro e periferia, fruto em grande parte pela *deterioração dos termos de troca*, onde países tecnologicamente mais avançados tinham vantagem comercial sobre os países periféricos pouco avançados tecnologicamente. A fim de solucionar isso era preciso estímulos à indústria nacional, com avanços significativos de progresso técnico em setores chaves (Colistete, 2001)

Assim, o pensamento cepalino teve grande influência na formulação da Teoria Marxista da dependência. Katz (2016) ressalta essa importante influência:

Os teóricos marxistas da dependência foram influenciados pelas concepções de Cepal, que atribuiu o atraso da periferia à deterioração dos termos de troca e à heterogeneidade estrutural das economias com alto desemprego, consumismo das elites e estagnação da agricultura (Katz, 2016: 2).

Todavia, a análise da Cepal carregava consigo a idealização de que a solução da dependência latino-americana, gerada pelos desequilíbrios comerciais entre as nações centrais e periféricas, seria resolvida pela defesa de políticas industrializantes de modernização, ou seja, uma concepção reformista na qual seria preciso apenas haver a consolidação do capitalismo com fortes traços nacionais e profundas políticas para a ampliação industrial.

Isto posto, é correto afirmar que a TMD divergia completamente dessa visão, mesmo que tivesse convergência com os diagnósticos cepalinos em relação à dependência. Os teóricos marxistas entendiam ser impossível superar o atraso dentro do próprio capitalismo, de tal modo que apenas o rompimento com o modo de produção capitalista poderia quebrar as relações de dependência entre países centrais e periféricos. Segundo Katz (2016) essa seria a principal divisão de horizontes para cepalinos e TMDistas, citando diretamente um dos grandes expoentes, Marini, Katz assevera:

Marini coincidiu com vários diagnósticos de Prebisch sobre a origem do subdesenvolvimento e com algumas teses de Furtado sobre o impacto adverso da oferta de trabalho nos salários. Mas ele nunca compartilhou a esperança de resolver esses desequilíbrios com as políticas burguesas de modernização (Katz, 2016: 2).

Portanto, para definirmos a lógica constituída na Teoria Marxista da Dependência devemos partir da compreensão clara de que a dependência vem a ser condição necessária ao próprio propósito de reprodução e acumulação do capital, baseando-se na teoria desenvolvida por Marx e nas ideias sobre o imperialismo de Rosa de Luxemburgo

e Lenin. Por sua vez, é mister considerar que a perspectiva da TMD foi por muitos anos rejeitada, estrategicamente, tanto pelo pensamento hegemônico dominante, quanto pelos pensadores sociais críticos.

No início da formulação da TMD nos anos 70 existiu fortes controvérsias a ela. Agustín Cueva, por exemplo, em *Problemas e perspectivas da teoria da dependência* (1974) questionou os exageros acerca da interpretação do subdesenvolvimento como resultado exclusivo da dependência externa (Martins, 2018). Cueva argumenta que as leis gerais do capitalismo são alteradas pela presença do imperialismo e pela articulação de modos de produção, mas que são alterações de grau e não de qualidade, e não permitem espaço para nenhuma teoria da dependência.

Na época, Marini respondeu questionando a unilateralidade inversa das explicações associadas à dinâmica dos processos internos. A preocupação central era a antiga discussão sobre as causas do atraso regional. De um lado, acentuava-se as grandes propriedades e do outro a extração de recursos no exterior. Contudo, as duas posições se complementavam. Argumentava-se que a combinação de latifundiários e empresas estrangeiras se referia a um fator determinante no subdesenvolvimento. Por isso Cueva e Marini convergiram, pois ficou claro o confronto com Fernando Henrique Cardoso. Além disso, Cueva matiza suas afirmações em *Las democracias restringidas de America Latina* (1989), quando revisita o tema da superexploração – uma das categorias centrais da TMD –, admitindo sua pertinência no plano histórico, ainda que não no teórico, o que se explica por um desvio imposto pelo imperialismo sobre as leis puras de desenvolvimento do capital. Contudo, esse autor reconhece a pertinência da superexploração (Martins, 2018).

Carcanholo (2013) discorre sobre a fundamentação da TMD com a devida clareza:

Teoria Marxista da Dependência é o termo pelo qual ficou conhecida a versão que interpreta, com base na teoria de Marx sobre o modo de produção capitalista, na teoria clássica do imperialismo e em algumas outras obras pioneiras sobre a relação centro-periferia na economia mundial, a condição dependente das sociedades periféricas como um desdobramento próprio da lógica de funcionamento da economia capitalista mundial (Carcanholo, 2013: 2).

Seguindo a base conceitual apresentada, podemos reafirmar que o método do materialismo histórico-dialético que norteava os TMDistas, fazia-se sob forte rigor metodológico. Colocado isto, fica mais fácil o entendimento da dialética existente entre dependência e desenvolvimento, ideia central para na TMD. Essa visão ajuda a designar os objetivos desempenhados por seus teóricos e suas posteriores indicações de quais seriam as verdadeiras relações de subordinação da América Latina com os países centrais. Marini (2017) descreve a análise dialética proposta e as tarefas dos teóricos da TMD:

A tarefa fundamental da teoria marxista da dependência consiste em determinar a legalidade específica pela qual se rege a economia dependente. Isso supõe, desde logo, situar seu estudo no contexto mais amplo das leis de desenvolvimento do sistema em seu conjunto e definir os graus intermediários pelos quais essas leis se vão especificando. É assim que a simultaneidade da dependência e do desenvolvimento poderá ser entendida (Marini, 2017: 352).

Enfim, ao tratarmos dos fundamentos teóricos relativos à TMD conseguimos sinalizar tanto os impactos do cenário político internacional, onde diante do levante popular cubano contra o imperialismo e sua vitória foram estabelecidas as condições favoráveis para pensar a construção do socialismo e a superação do capitalismo em outros países da América Latina.

‘Superexploração da força de trabalho’, ‘dependência’⁶ e ‘subimperialismo’: bases para a compreensão da dependência latino-americana

Trataremos agora das principais categorias que garantem a lógica argumentativa proposta pela TMD. Entendemos que há uma indicação bastante consistente sobre a relação entre processo acumulativo global do sistema capitalista com a dialética existente entre desenvolvimento e subdesenvolvimento. De modo que, o desenvolvimento de determinadas economias em ritmo mais acelerado seria, e tem que ser feito, em detrimento do desenvolvimento retardatário de outras economias. Isso porque, o processo de acumulação, condicionante no modo de produção capitalista, formaliza e adequa uma relação de interdependência baseada na divisão internacional do trabalho (Carcanholo, 2013).

Portanto, quando um país se configura como dependente a única consequência possível é de se tornar cada vez mais dependente, já que nesta lógica a imposição de acumulação de capital só pode se dar a partir da transferência de valor feito dos países periféricos para os países dependentes. Marini (2017) irá explorar essa questão:

Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência... (Marini, 2017: 327).

A transferência de valor se explica na troca desigual feita no comércio mundial. Essa é a forma estruturante da intensificação da dependência entre os países centrais e

⁶ Sobre estas duas primeiras categorias, Enrique Dussel realiza um diálogo com Marini. Para maiores detalhes ver Castro (2018).

periféricos. Parte do valor que é produzido na economia periférica é transferido para os países centrais, ou seja, apropriado pelo processo de acumulação global do capitalismo. Carcanholo (2013) nos ajuda a visualizar o papel da transferência de valor na relação de dependência:

De forma sintética, a situação dependente se caracteriza pelo fato de que uma parte do (mais) valor produzido nessa economia não é apropriada nela, mas nas economias centrais, e passa a integrar, portanto, a dinâmica de acumulação de capital das últimas, e não das primeiras. O processo de transferência de (mais) valor ficou conhecido na discussão dos anos 1960 como *troca desigual* (Carcanholo, 2013: 194, grifo nosso).

O funcionamento da troca desigual pode ser estudado a partir de dois mecanismos de transferência. No primeiro, considera-se que capitais distintos irão produzir uma mesma mercadoria, de forma que existe uma diferença de grau de produtividade entre estes capitais, ou seja, seus valores individuais serão distintos e tanto menores quanto maior for a produtividade de seu respectivo capital. Como a mercadoria será vendida pelo valor socialmente necessário pela sua produção, os capitais com produtividade acima da média venderiam suas mercadorias acima do valor de mercado, obtendo assim, uma mais-valia extraordinária, muito acima daquela que foi produzida.

Pensando este mecanismo no plano econômico mundial, iria ocorrer de as economias com capitais abaixo da média mundial de produtividade não conseguirem se apropriar do mais valor gerado por elas e transferirem esse valor para as economias de capital acima da média mundial de produtividade. Entende-se aqui a transferência de mais valor das economias centrais para as economias dependentes (Carcanholo, 2013).

Já no segundo mecanismo, partimos também da ideia de transferência de uma parte do mais valor gerado pelas economias dependentes para as economias centrais, sendo esta incorporada ao lucro médio superior à mais-valia produzida pelos capitais em funcionamento das economias centrais. Porém, neste segundo mecanismo, é estabelecido uma relação entre a apropriação desse mais valor das economias dependentes com o fato de que as economias dos países centrais detêm, em grande parte, o monopólio de produção de mercadorias com maior composição orgânica do capital (produtividade acima da média mundial). (Idem, ibidem)

Avançaremos agora no aprofundamento da categoria *superexploração da força de trabalho*. Entende-se como central essa categoria para a TMD, visto que ela pode explicar com mais precisão a particularidade histórica na qual a América Latina está inserida dentro do cenário global de reprodução do capital.

Como bem vimos, a troca desigual ocorre por meio da transferência de valor das economias periféricas para as economias centrais, fazendo com que os capitalistas de economias dependentes não consigam se apropriar do mais-valor criado em seus processos produtivos. A consequência disto é uma maior exploração da força de trabalho

nas economias subordinadas, já que os capitalistas destes países buscam reverter a perda de lucro originada pela troca desigual no mercado internacional.

Em convergência com o que foi exposto, Transpadini e Stedile (2011) sintetizam a categoria da superexploração da força de trabalho da seguinte maneira:

A superexploração é um mecanismo particular desenvolvido pelos capitalistas da América Latina para reverter sua perda de lucro na relação de dependência com o mundo, quando o mesmo mecanismo se caracteriza pela centralização do poder nas mãos de grandes mandatários do capital, provenientes das economias tecnologicamente mais desenvolvidas. (...) A superexploração é o mecanismo utilizado pelos capitalistas da periferia para compensar suas perdas nas relações econômicas internacionais (Transpadini e Stedile, 2011: 33).

Neste sentido, o meio aplicado nos países dependentes não teve como propósito corrigir o desequilíbrio das relações de troca com os países centrais por meio dos preços e valores de suas mercadorias, mas sob uma maior exploração do trabalhador. Marini (2017) pontua essa questão ressaltando com clareza como isso se dá nas economias subordinadas:

O que aparece claramente, portanto, é que as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador (Marini, 2017: 332).

O rigoroso detalhamento feito por Marini (2017) da categoria da superexploração do trabalho permite identificar três mecanismos principais: intensificação do trabalho, prolongação da jornada de trabalho e expropriação de parte do trabalho necessário para que o operário consiga reproduzir sua força de trabalho. É nesse sentido que Marini salienta, que não se opta pelo estabelecimento de uma forma de desenvolvimento da capacidade produtiva nas economias dependentes, mas sim exclusivamente por um modo de produzir baseado em maior exploração do trabalhador, levando assim a uma intensificação do baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas latino-americanas, bem como das atividades econômicas desempenhadas por esses países.

Ao observar os três mecanismos da superexploração da força de trabalho, percebemos que nos dois primeiros encontra-se um maior gasto de força de trabalho do que deveria ser empregado normalmente, ocasionando assim no esgotamento prematuro dos trabalhadores. No terceiro mecanismo, se impossibilita o consumo do indispensável ao trabalhador para manter sua força de trabalho.

Desse modo, expressa-se também uma diferença significativa entre os trabalhadores das economias centrais e os trabalhadores das economias periféricas. Visto que, sob

a condição da superexploração da força de trabalho, os trabalhadores periféricos são submetidos a uma repressão gradual de seus salários reais, de forma que não conseguem se tornar sujeitos de consumo em seus próprios países. Para os trabalhadores das economias centrais, considera-se estes como consumidores, ocasionando assim impactos no mercado interno em seus países.

Ao analisarmos essa questão dentro das relações de dependência da América Latina com os países desenvolvidos (centrais), percebemos que a sua subordinação acarreta a reorganização do seu processo produtivo para satisfazer o mercado internacional, estabelecendo, portanto, mecanismos que possam amenizar suas perdas devido à troca desigual, e a posterior transferência de valor para as economias desenvolvidas. Simultaneamente, os países centrais estimulam essas relações desiguais, para, baseado nisto ampliar seu mercado interno e sua supremacia internacional. De acordo com Transpadini e Stedile (2011) a explicação funciona do seguinte modo:

Enquanto os trabalhadores dos países mais desenvolvidos eram, ainda em meio à exploração capitalista, tratados ao mesmo tempo como operários e consumidores, na periferia os trabalhadores não se transformaram em sujeitos de consumo. Assim, enquanto na América Latina se produz para satisfazer o mercado externo e ajustar as perdas ocorridas neste, os países centrais se preocupam em desenvolver relações comerciais desiguais que possam favorecer a ampliação tanto de seus mercados internos quanto da sua hegemonia internacional (Transpadini e Stedile, 2011: 33).

Finalmente, apenas para sintetizar as graves consequências originadas pela superexploração da força de trabalho nos países dependentes e destacar a centralidade desta categoria dentro do debate da TMD, precisamos salientar que o pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor, nas economias subordinadas, produz um incontestável aprofundamento da concentração de renda e da riqueza, gerando o agravamento das mazelas sociais, fato que tenciona ainda mais a miséria e a pobreza que são indissociáveis ao próprio modo capitalista (Carcanholo, 2013).

Considera-se importante mencionar algumas críticas que essa categoria da superexploração do trabalho vem recebendo no contexto do capitalismo contemporâneo. De forma muito particular, Jose Valenzuela Feijoó (1997) argumenta que os preços da força de trabalho são determinados pela realidade concreta e se, no longo prazo, não considerarmos os ciclos de conjuntura, serão iguais ao seu valor.

Mais recentemente, Claudio Katz expôs vários problemas da TMD para analisar o capitalismo na sua fase atual. Dentre eles, esse autor destaca a tese de uma dependência sem superexploração, sustentando que há baixos salários na periferia e não remuneração abaixo do valor da força de trabalho. O capitalismo dependente pagaria salários equivalentes ao baixo valor de uso ou troca da força de trabalho, em atenção às necessidades fisiológicas e histórico-sociais do trabalhador condicionadas por produtividade,

grau de acumulação, luta de classes e aspectos culturais de cada país latino-americano (Katz, 2018).

Ainda, Katz argumenta que se a superexploração ocorre em todo o mundo, ela não faz parte de um mecanismo típico das economias industrializadas da periferia, perdendo especificidade e retrata as novas formas de exploração do século XXI. Por sua vez, se o sentido original do conceito for preservado, não atribuindo sua aplicação às economias desenvolvidas, a abordagem sobre a crescente precarização do emprego nos países centrais torna-se nula (Katz, 2020).

O enfoque de Katz teve como contraponto as críticas apresentadas por Jaime Osorio (2018, 2019), constituindo-se debate contemporâneo bastante profícuo acerca da TMD⁷. O ponto de partida das divergências parte da ideia de Katz em conformar uma teoria marxista da “dependência sem superexploração” (Katz, 2018). Refere-se a uma teoria em que não é incorporada a violação do valor da força de trabalho ou o pagamento do salário por baixo de tal valor.

Osorio destaca as limitações da proposta de Claudio Katz para renovar a teoria da dependência, abandonando as categorias superexploração e troca desigual. A primeira por ser considerada inconsistente com a teoria do valor de Marx, e a segunda a ser substituída para transferências de valor. Osorio afirma que os argumentos de Katz contrastam de forma equivocada a superexploração com a exploração, quando constituiriam dois modos da mesma extração de mais-valia. Para Osorio (2019) a formulação de Katz acaba por rejeitar as formulações do próprio Marx.

Outro ponto de destaque das críticas de Osorio é quando Katz se baseia em Agustín Cueva para explicar que superexploração é sinônimo de pobreza absoluta. Osorio (2019) contra argumenta apontando que a superexploração é violação do valor da força de trabalho, valor que se vê tensionado por um duplo movimento: de um lado, o desenvolvimento de alguns bens novos, que inicialmente emergem como refrigeradores, lavadoras, televisores, celulares e que, de outro lado, ao se elevar a produtividade nos ramos que os produzem, permite que seus preços sejam reduzidos, favorecendo que se tornem bens salários e seu consumo se massifique.

Dito de outro modo, Osorio afirma que a massa de valores de uso (bens e serviços) que intervém no valor da força de trabalho no século XXI é maior que a massa de valores de uso que definia o valor da força de trabalho no século XIX. Se um trabalhador no século XXI não pode acessar ao conjunto de valores de uso (bens e serviços) que definem o valor de sua força de trabalho, está sendo superexplorado, o que não significa que tenha de consumir o mesmo que um trabalhador do século XIX. Osorio (2018, 2019) insiste no argumento dizendo que é claro que os trabalhadores podem consumir

⁷ Osorio formula uma resposta ampla às críticas expostas por Katz. Estas respostas estão explicitadas, principalmente, em seus artigos, ver Osorio (2017, 2018, 2019).

refrigeradores, televisores e celulares no século XXI. Mas, em condições de superexploração, isto é possível deixando de assegurar outras necessidades básicas, como saúde, gastos com educação, alimentação adequada, vestuário ou habitação apropriada⁸.

Ao abordarmos a outra categoria fundamental da TMD, o subimperialismo, cabe assinalar que existem formas de subordinação entre economias periféricas, já que podemos observar os níveis hierárquicos no sistema capitalista mundial. Seria aqui uma conformação de uma etapa superior do capitalismo dependente, de tal maneira que a dinâmica de trocas no mercado internacional levará países, ainda em condição de dependência, a apropriar-se do valor de outros países dependentes. Neste sentido, economias subordinadas que apropriam valor de outras economias também subordinadas, transferem esse valor para os países centrais, ampliando assim a reprodução cada vez maior de transferência de mais valor para os países desenvolvidos. Segundo Luce (2014):

o subimperialismo deve ser compreendido como um nível hierárquico do sistema mundial e ao mesmo tempo uma etapa do capitalismo dependente (sua etapa superior), a partir da qual algumas formações econômico-sociais convertem-se em novos elos da corrente imperialista, sem deixarem a condição de economias dependentes, mas passando também a se apropriarem de valor das nações mais débeis (Luce, 2014: 46).

Convém agora, depois de uma breve sintetização desta categoria, analisar como essa etapa superior das relações dependentes entre nações no capitalismo se conformou no mundo. Ao que parece, Brasil, África do Sul, Índia e Israel, se tornam ao longo das décadas posteriores à construção da TMD, exemplos factuais desta forma de apropriação de valor entre economias dependentes⁹. De forma que, esses países exercem regionalmente um visível papel de poder e articulação de interesse com os demais países que configuram ao seu redor. Para Luce (2014):

Hoje, consoante se pode afirmar, o Brasil na América Latina, a África do Sul na África Austral, Israel no Oriente Médio e a Índia no Sudeste Asiático consistem de exemplos de países subimperialistas, cujas estruturas de poder e lógica de atuação exigem-nos uma análise rigorosa sem prescindir da sua complexa malha categorial (Luce, 2014: 62).

O autor ainda ressalta com mais atenção a participação do Brasil sob esta categoria:

Se o significado de dependência é o de economias voltadas para atender necessidades de outras economias e o subimperialismo é uma economia dependente que não apenas transfere valor, mas se apropria de valor das nações mais débeis, como antes, hoje o subimperialismo brasileiro participa do despojo da classe trabalhadora e dos povos a ele

⁸ Para a réplica de Claudio Katz a Osorio, ver Katz (2019).

⁹ Nesta perspectiva, Katz (2017, 2017a) problematiza a categoria do subimperialismo. Para ele, o atual subimperialismo não tem aplicações puramente econômicas, nem se estende a blocos de países. Os mecanismos de dominação global do passado diversificaram-se e a semicolônia perdeu relevância conceitual.

submetidos para reproduzir ampliadamente o despojo da própria população trabalhadora em seu território (Luce, 2014: 63).

América Latina sob a luz a teoria marxista da dependência

De acordo com Dos Santos (1970 *apud* Amaral, 2009) há três formas históricas da dependência. Na primeira, conjuga-se a dependência colonial, onde predomina a exportação de produtos *in natura*, além da aliança do capital comercial e financeiro junto dos estados coloniais, dominando as relações dos países europeus sobre suas colônias. A segunda, histórica revela-se por meio da dependência “financeiro-industrial”, consolidada no final do século XIX. Nesta, há dominação do grande capital nos centros hegemônicos através do investimento em matérias-primas e produtos agrícolas para seu próprio consumo. Na terceira, destaca-se a dependência tecnológica-industrial, estabelecida a partir da década de 1970, baseada nas corporações multinacionais que investem na indústria voltada para o mercado interno dos países dependentes, obrigando estes a importar máquinas e matérias-primas para o desenvolvimento de suas indústrias e que paguem *royalties* pela sua utilização.

A despeito destas formas históricas, a configuração mais recente de intensificação da dependência vem sendo erigida pelo capital financeiro na dinâmica de acumulação global do capitalismo contemporâneo. Diante disto, é razoável entender que uma quarta forma histórica da dependência se dá, sobretudo, dentro desta dinâmica acelerada da valorização do capital fictício, ou melhor, relaciona-se indiscutivelmente com esfera financeira de reprodução do capital. Logo, precisamos resgatar a transferência de valor, concepção tão importante da TMD, para dentro desta lógica em que os juros e amortizações tornam-se engrenagens essenciais das formas atuais de subordinação dos países dependentes. Amaral (2009) detalha essa construção da quarta forma histórica e suas prerrogativas:

O argumento que sustentamos é o de que, num período mais recente – mais propriamente, em tempos neoliberais –, tem se firmado uma nova fase do capitalismo, que representaria uma nova forma histórica da dependência – a quarta forma histórica –, caracterizada, principalmente, pela transferência de recursos (valor, nos termos marxistas) na forma financeira, através do pagamento de juros e amortizações em razão de endividamentos externos crescentes (Amaral, 2009: 1).

Considerando essa acelerada dinâmica de valorização e transferência do capital das economias periféricas para as econômicas centrais, percebemos que algo foi feito pelas economias atrasadas para garantir sua acumulação interna. Neste sentido, voltamos novamente para a categoria superexploração da força de trabalho, para ressaltar sua importância na análise da TMD em toda a América Latina.

Desta forma, a maneira encontrada para garantir também níveis desejáveis de acumulação de capital dentro das economias subordinadas foi através do aumento do excedente da produção, ou seja, aumento progressivo da utilização da superexploração. As consequências, como já sinalizadas no item anterior, se cristalizam numa concentração de renda e riqueza maior e as graves sequelas sociais oriundas deste mecanismo de violenta exploração da força de trabalho. Mais uma vez Amaral (2009) nos alerta:

E a única atitude que torna possível às economias periféricas garantir sua dinâmica interna de acumulação de capital é o aumento da produção de excedente através da superexploração da força de trabalho [...]. Ou seja, a dinâmica do intercâmbio desigual culmina em superexploração e não em estruturas capazes de romper com os mecanismos de transferência de valor, e isto implica necessariamente numa distribuição regressiva de renda e riqueza e em todos os agravantes sociais já conhecidos deste processo. (Idem, *ibidem*)

A nova forma de dependência latino-americana constitui-se então sob a égide do neoliberalismo, isto significa, que a partir dos anos 1990 essa matriz do pensamento econômico difundiu e subsidiou a estratégia imposta pelos países centrais de dominação e controle dos países periféricos dentro da lógica de acumulação do capital financeiro, utilizando-se assim do discurso globalizante como método de convencimento da necessidade de abertura comercial e financeira (Amaral, 2009).

Em consonância com a forma contemporânea de dependência da América Latina, a intensificação da superexploração da força de trabalho em seus países e a hegemonia neoliberal latente no mundo partir da década de 1990, aparece no horizonte o Consenso de Washington como fato histórico que formalizou o alinhamento de todos os países latino-americanos aos preceitos neoliberais. Diante disto, longe de superar o próprio modo de produção capitalista e sua indissociável relação de dependência entre países centrais e periféricos, viu-se, pelo contrário, uma adesão incondicional da maioria dos governos latino-americanos de preservação da “ordem natural das coisas”, da conservação das bases e mecanismos de dependência, para com isso ampliar a transferência de capital aos países centrais e satisfazer cada vez mais sua necessidade de acumulação e centralização de capital.

Por fim, Amaral (2009) consegue traduzir o notável papel desempenhado pelo Consenso de Washington nessa manutenção da dependência estrutural dos países latino-americanos:

Sob a chancela do Consenso de Washington, essa perspectiva emerge como uma forma de superação da crise do capitalismo mundial ocorrida nos anos 70, atravessa os anos 80 e se exacerba enormemente na década de 90, fundamentada na crença de que os agentes individuais tomam suas decisões movidos exclusivamente pelo interesse próprio, de tal forma que as realizações individuais são necessariamente disseminadas

para a coletividade, e de que o lócus de interação entre estes agentes é o mercado, que deve estar livre de qualquer intervenção... (Amaral, 2009, p. 4).

BALANÇO DOS EFEITOS DO CONSENSO DE WASHINGTON NA INTENSIFICAÇÃO DO CAPITALISMO DEPENDENTE DA AMÉRICA LATINA

Vulnerabilidade externa e as relações de trabalho na América Latina pós-Consenso de Washington

Constata-se, com base nas categorias já exploradas da TMD, que o processo de implementação das políticas neoliberais difundidas pelo Consenso de Washington, deram significativa intensidade para o aprofundamento da dependência dos países da América Latina. De forma que, analisa-se o processo de transferência de valor tanto no diferencial de produtividade média entre os capitais das economias periféricas em relação a economias centrais, como também, ao pagamento de serviços de dívida e do passivo externo (Carcanholo, 2018a).

Avalia-se, neste sentido, o impacto das privatizações e da abertura dos mercados no aumento da vulnerabilidade externa latino-americana. Esta implementação de políticas econômicas neoliberais causaram o aprofundamento estrutural dos mecanismos de transferência de valor, fato que evidencia o agravamento estrutural dos déficits nas balanças de pagamentos, estoques de dívida e passivos externos, bem como o pagamento instável desses serviços nas economias da América Latina. Segundo Carcanholo (2018) são essas as consequências para os países latino-americanos após a efetivação das políticas neoliberais:

Os resultados práticos da implementação desta estratégia na América Latina e Caribe, desde os anos 1990, são provas empíricas incontestes dos efeitos que o neoliberalismo produz para economias dependentes [...]. As privatizações e aberturas de mercados acentuam os problemas estruturais de diferença de produtividades médias entre os capitais que atuam na região e os estrangeiros, ao mesmo tempo em que elevam a desnacionalização/transnacionalização das economias... (Carcanholo, 2018a: 33).

Embora haja especificidades nos desdobramentos de cada país latino-americano após a implementação das políticas liberalizantes dos anos 1990, há evidências sobre uma grande convergência dos níveis de vulnerabilidade externa nas economias dependentes da América Latina. Sobre isto, nota-se o forte quadro de desequilíbrio externo, o crescimento da dívida pública e o aumento da propensão a importar dos países da região. De acordo com Gonçalves (2008) o Índice de Vulnerabilidade Externa Estrutural (IVE) evidencia esses impactos:

embora as experiências para cada economia possuam especificidades na implementação do modelo liberal, este último foi crescentemente aplicado na região, de forma que suas consequências estruturais – notadamente os desequilíbrios externos, o crescimento da dívida pública, o caráter de *stop and go*¹⁰ do crescimento econômico e o aumento da propensão a importar dessas economias – se manifestam, mais cedo ou mais tarde, nos processos de instabilidade e crise que têm caracterizado toda a região. A elevação do IVE médio da região é a outra face desse mesmo processo, que aponta para uma maior convergência dos países da região no sentido de crescimento de suas respectivas vulnerabilidades externas estruturais (Gonçalves et al., 2008: 11).

Na década de 1990 há uma queda nas taxas de juros internacionais. Esta mudança leva os países latino-americanos a valorizar suas moedas nacionais, acarretando um aumento do déficit comercial. Cria-se, desta forma, a necessidade de entrada de capital especulativo de curto prazo para diminuir os impactos comerciais, por isso a atração deste capital se dá sob a condição de que as taxas de juros fossem altas internamente. Este movimento torna os estados da América Latina reféns do capital financeiro, condicionados ao aumento de uma dívida pública em crescimento explosivo.

A conjuntura observada nos anos 1990, de entrada do capital financeiro nos países dependentes, ocasiona redução das políticas sociais e manutenção do funcionalismo público em detrimento do pagamento da dívida pública nos países latino-americanos. Neste sentido, afirma Dos Santos (1998):

É assim que, ao escaparmos dos juros altos internacionais (hoje extremamente baixos) caímos na trampa dos juros altos internos. O Estado se converte em prisioneiro do capital financeiro, afogado por uma dívida pública em crescimento exponencial, cujo serviço não deixa mais nenhum espaço para o investimento estatal, e também, cada vez menos para as políticas sociais e mesmo para a manutenção do modesto funcionalismo público da região (Dos Santos, 1998: 21).

Sobre este aspecto, observa-se que o sistema da dívida opera como grande fator de concentração de riqueza nas camadas sociais mais ricas. O período de grande difusão do pensamento e de políticas neoliberais na América latina aprofundou esse processo. Carcanholo (2018) resume da seguinte forma:

Como as despesas do Estado – e mais uma vez se trata de uma característica aprofundada nos tempos neoliberais – tende a elevar suas despesas financeiras (serviço da dívida pública), em detrimento de gastos sociais em saúde, educação, moradia etc., conclui-se facilmente que o sistema da dívida pública aprofunda a concentração classista que constitui o capitalismo (Carcanholo, 2018b: 55).

¹⁰ Taxas de expansão do PIB (Produto Interno Bruto) que alternam fases de crescimento mais baixo e outras com um maior dinamismo.

Soma-se, a essa vulnerabilidade externa, os impactos do neoliberalismo nas relações de trabalho dos países latino-americanos. A categoria de superexploração da força de trabalho, desenvolvida pela TMD, foi intensificada sob as gradativas precarizações dos direitos trabalhistas. Grande parte dos trabalhadores foi levada à informalidade, e outros empregados no regime formal tiveram enorme carência de proteção social.

Mesmo os dados indicando o leve crescimento do PIB real por habitante durante os anos 1990 até 2005, os salários latino-americanos tiveram aumento muito baixo, devendo-se substancialmente ao aumento da concentração de renda da América latina, como já mencionado anteriormente. Conforme Ibarra (2011), o paradigma neoliberal levou a essas condições de precarização do trabalho:

O paradigma em vigor conduz inevitavelmente à precarização dos direitos laborais. Conforme a OIT, na região latino-americana, de cada três empregos criados na década de 1990, dois correspondem ao setor informal e, de cada 100 novos postos de trabalho, 83 eram referentes ao setor de serviços, sendo que, 55% dos novos postos de assalariados careciam de proteção social. A decomposição do mercado laboral tem significativo reflexo na distribuição regressiva dos ingressos, no conjunto de países latino-americanos. Durante o período 1990-2005, o produto real por habitante cresceu pouco, em razão do 1,3% anual, mas as remunerações dos assalariados se expandiram menos ainda, 0,6% ao ano (Ibarra, 2011: 243).

O autor também considera, de uma forma mais geral, os impactos sociais que incidem principalmente sobre trabalhadores, mulheres e marginalizados. Além da fragilização dos sindicatos, diante da redução das afiliações, e o estabelecimento convicto das propostas dos governos latino-americanos de flexibilização das normas trabalhistas:

A escala universal dos custos gerados pela acomodação do neoliberalismo tem sido colocada nos ombros dos trabalhadores, mulheres e marginalizados. Os pactos sociais se estreitam ou se convertem em letra morta. Os sindicatos se debilitam, as afiliações diminuem, muitos são alvos da corrupção. Em termos econômicos e políticos se insiste (com sucesso) na instauração de políticas de desregularização e flexibilidade das normas protetoras do trabalho, sem oferecer quase nada em troca da supressão dos direitos adquiridos (Idem, *ibidem*).

Dados referentes à vulnerabilidade externa e as relações de trabalho na América Latina a partir da década de 1990

Conforme observa Luce (2018) os dados geram as reais evidências da persistência da transferência de valor da América Latina para as economias centrais. Indica-se juntamente a relação do serviço da dívida com a transferência de valor, fato que colabora para a compreensão do grau de aprofundamento da dependência latino-americana após as políticas neoliberais do final do século XX.

Analisa-se, desta forma, como o montante de transferência de valor aumenta significativamente entre o período 1987-1991, como também o serviço da dívida imposta aos países dependentes, estabelecendo 65% na relação serviço da dívida sobre transferência de valor, a maior porcentagem desde o início da década de 1970. No próximo período, considerando 1992-1996, esse cenário demonstra um novo salto em transferência de valor e serviço da dívida. Observa-se assim o grau de vulnerabilidade dos países dependentes a partir da década de 1990.

Tabela 1. Serviço da dívida sobre total de transferências de valor dos países dependentes para o capitalismo central (milhões de US\$)

Anos	1972-1976	1977-1981	1982-1986	1987-1991	1992-1996	1997	1998
Transferência totais de valores (I)	441.731	567.280	897.822	1.257.043	1.697.603	539.837	685.060
Serviço da dívida (II)	97.438	308.395	626.477	827.556	1.058.552	312.459	316.113
(I)/(II) em %	22%	54%	70%	65%	62%	57%	46%

Fonte: Adaptado de Salgado, José Gandarilla. Las Transferencias de excedente em el tempo largo de la historia y en la época actual (*apud* Luce, 2018: 60).

Avalia-se também, nessa demonstração dos dados e os impactos na vulnerabilidade externa da América latina, a transferência negativa líquida sobre a dívida. Com base em Luce (2018), o final da década de 1990 até 2002 foi de aumento exponencial da vulnerabilidade dos países da América Latina e Caribe, principalmente na virada de 1998 para 1999. Esse aumento explosivo evidencia os efeitos colaterais de uma década de inúmeras reformas neoliberais, de entrada do capital financeiro internacional e a sistematização da dívida pública.

Tabela 2. Transferências negativa líquida sobre a dívida, América Latina e Caribe. 1996-2002 (milhões de US\$)

1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	Total 1996-2002
-3.209	-17.226	-9.080	-40.000	-55.871	-42.318	-38.288	-205.991

Fonte: Adaptado de Eric Toussaint com dados do Banco Mundial, Global Development. Washington 2013 (*apud* Luce, 2018: 60).

Por fim, Luce (2018) consegue nos auxiliar a analisar também cenário atual da América Latina. Os dados obtidos por meio dele facilitam a compreensão do cenário externo ainda muito vulnerável, conforme apresentados na tabela 3. O serviço da dívida no orçamento nacional de quatro países: Argentina, Brasil, Colômbia e Equador, ainda são de um entrave gigantesco para o investimento em setores básicos como educação e saúde.

Tabela 3. Serviço da dívida no orçamento nacional, dados de 2012 (%)

País	Serviço da dívida Pública	Gasto público para educação	Gasto público para saúde
Argentina	43,8	7,4	3,6
Brasil	47,2	3,2	4,0
Colômbia	23,2	1,4	15,4
Equador	8,3	15,9	6,8

Fonte: Adaptado de Damien Millet, Éric Munevar e Eric Toussaint (*apud* Luce, 2018: 60).

Valendo-se das informações aqui dispostas, passado e presente da América Latina, nota-se que o grau de dependência sob o fator vulnerabilidade externa a partir dos anos 1990 foi intensificada. Pretende-se assim colocar em evidência como existe um papel estratégico das economias periféricas latino-americanas na transferência de valor para as economias centrais, endossando assim a categoria da dependência da TMD.

Por último, de modo a examinar a superexploração da força de trabalho na América Latina, o primeiro dado refere-se à comparação das taxas de mais-valia monetária e de produtividade horária industrial entre os países selecionados de economias centrais e economias latino-americanas dependentes. De tal maneira que, os países dependentes combinam uma taxa de mais-valia alta (ATM) e baixa produtividade (BP), já os países centrais mostram uma taxa de mais-valia baixa (BTM) e alta produtividade (AP). Nota-se, também, como é significativa a diferença da taxa de mais-valia se compararmos economias subordinadas e economias centrais.

Desta forma, analisando esse primeiro dado, observa-se que o nível de expropriação de mais-valor nos países da América Latina, no final da década de 1990, encontrava-se em patamares elevados, além estarem caracterizados pela baixa produtividade.

Tabela 4. Taxa de mais-valia monetária e produtividade horária industriais (países de alta produtividade e países de baixa produtividade), dados de 1999.

País	TM VA/H (US\$/h)			
México	402	1,78	ATM	BP
Colômbia	682	2,67	ATM	BP
Guatemala	622	2,76	ATM	BP
Estados Unidos	249	14,45	BTM	AP
Alemanha	259	13,19	BTM	AP
Dinamarca	156	9,89	BTM	AP

Fonte: Adaptado de González, Gloria Martínez. Algumas evidências da superexploração da força de trabalho nos países desenvolvidos: a atualidade do pensamento de Marini (*apud* Luce, 2018: 176).

Valendo-se de informações referentes ao segundo dado selecionado, verifica-se o comparativo de limites de jornadas de trabalho normais em países centrais (industrializados) e países latino-americanos dependentes. Segundo a OIT (1995), com exceção

Tabela 5. Limites das jornadas normais, dados de 1995

	Sem limite universal estatutário	35-39 horas	40 horas	41-46 horas	48 horas	Mais de 48 horas
Países Industrializados	Alemanha	França	Áustria	Portugal	Irlanda	Suiça
	Austrália		Bélgica	Suiça	Itália	
	Dinamarca		Canadá		Holanda	
	Reino Unido		Espanha			
			Estados Unidos			
			Finlândia			
			Japão			
			Luxemburgo			
			Nova Zelândia			
			Noruega			
América Latina			Suécia			
			Equador	Belize	Argentina	
				Brasil	Bolívia	
				El Salvador	Chile	
				Honduras	Colômbia	
				Uruguai	Costa Rica	
				Venezuela	Guatemala	
					México	
					Nicarágua	
					Panamá	
				Peru		
				Uguguai		

Fonte: Adaptado OIT, 1995: 15.

de seis países da América Latina, a grande maioria dos países latino-americanos dependentes permitia em sua legislação 48 horas de limite de jornada normais de trabalho. Considerando-se décadas anteriores, a OIT aponta que a maioria dos países europeus e os EUA tornaram-se adeptos do limite máximo de 40 horas. Revela-se assim, uma grande diferença nas condições trabalhistas para trabalhadoras e trabalhadores latino-americanos em comparação aos europeus e norte-americanos.

O Quadro 1 indica o aumento da jornada de trabalho nos países dependentes como forma de aumentar o mais-valor a ser transferido para os países centrais, fato que dá respaldo para a categoria superexploração da força de trabalho da TMD, assumindo maior grau de intensidade após a implantação, em grande parte da América Latina, do receituário neoliberal após os anos 1990.

Como complemento do dado anterior, neste focaliza-se com maior riqueza de detalhes a duração da jornada de trabalho semanal no setor industrial, efetuando um comparativo dos países latino-americanos dependentes e países centrais.

Segundo Luce (2018), os dados (considerando homens e mulheres) apontam que as variações entre a jornada mínima e máxima dos países dependentes (Argentina, México e Peru) é superior às variações dos países centrais. Destaca-se, neste cenário, que as jornadas semanais mais longas se encontram entre 1996 até 1998, ou seja, constatam-se os efeitos diretos das políticas neoliberais nos respectivos países, as garantias de aumento da exploração do trabalho para transferência de valor aos países centrais.

Tabela 6. Duração jornada de trabalho semanal na indústria. Países selecionados

		1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Argentina	Ambos		46,4	47,1	46,8	46,4	46,1	45,4	44,1
	M		47,4	48,1	47,9	47,6	47,6	47,1	45,9
	F		42,8	43,2	42,6	41,8	40,7	39,7	37,5
México	Ambos	45,4	45,5	46,2	45,0	44,4	43,9	45,1	44,4
	M	46,5	46,4	47,4	45,9	46,5	45,1	46,1	45,4
	F	42,5	43,2	43,3	43,0	43,2	41,7	43,2	42,6
Peru	Ambos	43,0	49,2	47,7	48,5	49,1	49,3		
	M	43,0							
	F	44,0							
EUA	Ambos	41,6	41,6	42,0	41,7	41,7	41,6	40,7	40,9
	Ambos	37,1	36,6	37,5	37,4	37,6	36,2	35,6	35,3
França	M	37,9	37,3	38,3	37,9	38,1	36,9	36,9	35,8
	F	34,9	34,8	35,6	36,0	36,2	34,7	34,7	33,9
	Ambos	42,2	41,9	42,0	41,8	41,4	41,4	41,4	
Reino Unido	M	43,0	42,7	42,8	42,6	42,0	42,0	42,0	
	F	39,4	39,2	39,2	39,2	39,0	38,9	38,9	

Fonte: Adaptado OIT. Duração da Jornada de trabalho em todo o mundo (*apud* Luce, 2018: 184).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como forma de localização histórica do Consenso de Washington e de avaliação dos seus desdobramentos políticos, econômicos e sociais nos países latino-americanos a partir da década de 1990, destacamos o importante alinhamento de grande parte da América Latina às políticas econômicas neoliberais preconizadas pelos EUA no final do século XX. A maior ênfase nos impactos de tais políticas no Brasil, México e Argentina ajudam a identificar nestes países os efeitos ineficazes e socialmente danosos, ao contrário do que esperavam os entusiastas do programa neoliberal, em reativar a dinâmica econômica. Apresentamos, neste cenário de intensificação da dependência latino-americana, o decisivo papel ideológico do pensamento neoliberal, tanto na predominância no meio acadêmico quanto nos meios de comunicação naquela época, em articular as classes dirigentes da América Latina na implementação do receituário austero em seus países.

A discussão desenvolvida pela TMD sobre a dependência latino-americana, com foco na superexploração da força de trabalho e na dependência enquanto eixos centrais de análise desta pesquisa, aborda-se a subordinação da América Latina às economias centrais do capitalismo como processo relativo à necessidade de acumulação de capital nos países centrais e de adequação dos países periféricos a essa estrutura de transferência de valor. Portanto, a lógica de acumulação e centralização do capital no modo de produção capitalista, coloca diante do debate da dependência um impasse para aqueles que defendem a superação da condição de subordinação dentro do próprio sistema capitalista.

Finalmente, demonstramos a vulnerabilidade externa e as condições das relações de trabalho na América Latina a partir de 1990, a partir da inspiração das categorias centrais da TMD. Deste modo, torna-se possível estabelecer os parâmetros quantitativos e qualitativos para explicitar o grau de intensificação tanto da superexploração da força de trabalho, como da dependência na América Latina, após a implementação das políticas econômicas oriundas do Consenso de Washington. Ao evidenciar os impactos de tais políticas nos países latino-americanos, podemos afirmar que o grau de intensificação da dependência, bem como as condições de trabalho estão cada vez mais precárias para as populações latinas tendo no Consenso de Washington seu principal gatilho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, M. S. (2007); *Neoliberalismo na América Latina e a nova fase da dependência*. Consultado em https://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao4/Marisa_Amaral.pdf

- ANDERSON, P. et al. (1995); *Balanço do neoliberalismo. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BANDEIRA, L. A. M. (2002); “As políticas neoliberais e a crise na América do Sul”, en *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 45, núm. 2, julio-diciembre, pp. 135-146.
- BATISTA, P. N. (1994); O Consenso de Washington. A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. Consultado en <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Consenso%20de%20Washington.pdf>
- _____ (2002); “Argentina: uma crise paradigmática”, en *Estudos Avançados*, vol. 16, núm. 44, enero-abril, pp. 83-96.
- BOITO Jr., A. (2005); *O sindicalismo na política brasileira*. Campinas: Unicamp.
- CARCANHOLO, M. D. (2013); “O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência”, en *Trabalho, Educação e Saúde*, vol. 11, núm. 1, abril, pp. 191-205.
- _____ (1998); “Neoliberalismo e o Consenso de Washington: a verdadeira concepção de desenvolvimento do Governo FHC”, en M. L. Malaguti, R. A. Carcanholo y M. D. Carcanholo, (orgs.), *Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo*. São Paulo: Cortez Editora, pp. 15-35.
- _____ (2018); “A crise do capitalismo dependente brasileiro”, en E. Macário, E. Dias, R. Medeiros y T. Alexandre (org.). *Dimensões da crise brasileira: dependência, trabalho e fundo público*. 1a ed. Fortaleza: Projeto Editorial Praxis, pp. 23-55.
- _____ (2018); “Marx(ismo) e dívida pública: para uma crítica da economia política do endividamento público”, en I. Boschetti, E. S. Salvador, R. H. Steiner y S. O. Teixeira (orgs.), *Que política social para qual emancipação?* 1a ed. Brasília: Abaré, pp. 33-66.
- CARDOSO, F. H. y FALETTTO, E. (1970); *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 7a edición. Rio de Janeiro: LTC Editora.
- CARDOSO, F. H. y SERRA, J. (1978); “Las desventuras de la dialéctica de la dependência”, en *Revista Mexicana de Sociología*, vol. 40, Número Extraordinario, pp. 5-55.
- CASTRO, J. C. C. (2018); “Meditaciones dusselianas acerca de la teoría de la dependencia y su fundamento”, en *De Raíz Diversa*, vol. 5, núm. 9, enero-junio, pp. 69-91.
- COLISTETE, R. P. (2001); “O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil”, en *Estudos Avançados*, vol. 15, núm. 41, enero-abril, pp. 21-34.
- CUEVA, A. (1974); “Problemas y perspectivas de la teoría de la dependência”, en *Historia y Sociedad*, pp. 55-77. Recuperado de <https://core.ac.uk/download/pdf/35172055.pdf>
- CUEVA, A. (1989); *Las democracias restringidas de America Latina*. Quito: Planeta.
- DOS SANTOS, T. (1970); “The structure of dependence”, en *American Economic Review*, vol. 60, núm. 2, mayo, pp. 231-236.
- DOS SANTOS, T. et al. (1998); *La teoría de la dependencia: un balance histórico y teórico. Los retos de la globalización*. Recuperado de <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/unesco/lopezpaco.html>
- FAIR, H. (2008); “El proceso de reformas estructurales en Argentina: un análisis del primer gobierno de Menem”, en *Revista Oikos*, vol. 12, núm. 25, julio, pp. 35-49.
- FILGUEIRAS, L. (2000); *História do Plano Real*. São Paulo: Boitempo.

- FEIJOÓ, J. V. (1997). “Sobreexplotación y dependência”, en *Investigación Económica*, vol. 57, núm. 221, julio/septiembre, pp. 105-127.
- GONÇALVES, R. *et al.* (2008); Vulnerabilidade externa estrutural da América Latina. Texto originalmente preparado para a reunião do Grupo de Trabalho CLACSO – Setores Dominantes na América Latina, 2-3 de abril de 2008. Recuperado de https://www.researchgate.net/publication/228423016_Vulnerabilidade_Externa_Estrutural_da_America_Latina
- GUILLÉN, A. (2012); “México, ejemplo de las políticas anti-desarrollo del Consenso de Washington”, en *Estudios Avanzados*, vol. 26, núm. 75, agosto, pp. 57-76.
- GUNDER FRANK, A. (1973); *América Latina: subdesarrollo o revolución*. México: Era.
- IBARRA, D. (2011); “O neoliberalismo na América Latina”, en *Brazilian Journal of Political Economy*, vol. 31, núm. 2, abril-junio, pp. 238-248.
- KATZ, C. (2016); “El surgimiento de las teorías de la dependência”, en *Revista O Olho da História*, vol. 3, núm. 4, abril, pp. 2236-0824.
- _____ (2017); “Subimperialismo I: revisión de un concepto”, 4/4. Recuperado de www.lahaine.org/katz
- _____ (2017a); “Subimperialismo II: Aplicación actual”, 13/4. Recuperado de www.lahaine.org/katz
- _____ (2018); “Controversias sobre la superexplotación”, en *Viento Sur*, marzo. Recuperado de <http://vientosur.info/spip.php?article13568>
- _____ (2019); “Actualización o veneración de la teoría de la dependência”, en *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, núm. 53, mayo-agosto.
- _____ (2020); *Teoria da dependência 50 anos depois*. São Paulo: Expressão Popular.
- LOPES, H. C. (2013); “Neoliberalismo e crise na economia argentina: algumas constatações sobre os anos 1990 e 2000”, en *Revista Cadernos de Economia*, vol. 17, núm. 33, julio-diciembre, pp. 17-34.
- LUCE, M. S. (2014); “O subimperialismo, etapa superior do capitalismo”, en *Tensões Mundiais*, vol. 10, núm. 18, enero-diciembre, pp. 43-65.
- _____ (2018); *Teoria marxista da dependência: problemas e categorias: uma visão histórica*. São Paulo: Expressão Popular.
- MACIEL, D. (2011); “O governo Collor e o neoliberalismo no Brasil (1990-1992)”, en *Revista UFG*, vol. 13, núm. 11, diciembre, pp. 98-108.
- MARINI, R. M. (2011); *Rui Mauro Marini: vida e obra por Roberta Transpadini e João Pedro Stédile* (orgs.), São Paulo: Expressão Popular.
- _____ (2017); “Dialética da dependência”, en *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, vol. 9, núm. 3, diciembre, pp. 325-356.
- MARTINS, C. E. (2018); “A teoria marxista da dependência à luz de Marx e do capitalismo contemporâneo”, *Cad. CRH*, vol. 31, núm. 84, Salvador set./dez.
- NAÍM, M. (2000); “O Consenso de Washington ou a Confusão de Washington”, en *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, núm. 64, julio, pp. 1-11.
- Organización Internacional del Trabajo (OIT) (1995); *Working time around the world. Conditions of Work Digest*, Ginebra: OIT.

- OSORIO, J. (2017); “Ley del valor, intercambio desigual, renta de la tierra y dependencia”, en *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, núm. 46, mayo-agosto.
- OSORIO, J. (2018); “Acerca de la superexplotación y el capitalismo dependiente”, en *Cuadernos de Economía Crítica*, núm. 8, La Plata, Argentina.
- OSORIO, J. (2019); “Renovar la teoría de la dependencia sin teoría del capitalismo dependiente: notas críticas a la propuesta de Claudio Katz”, en *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, núm. 53, mayo-agosto.
- SALAMA, P. (2009); “Argentina, Brasil e México diante da crise internacional”, en *Estudos Avançados*, vol. 23, núm. 65, pp. 27-48.
- SCHNEIDER, M. (2008); “Além do Consenso de Washington: ‘reflexões’ sobre equidade, democracia e conflito na América Latina”, en *Revista Debates*, vol. 2, núm. 1, enero-junio, pp. 20-32.
- STUHLREHER, A. (2003); “Régimen político y política exterior en Argentina: el caso del primer gobierno de Carlos Menem (1989-1995)”, en *Perfiles Latinoamericanos*, núm. 22, julio, pp. 79-101.
- SUNKEL, O. (1970); *El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo*. México: Siglo XXI.
- TRASPADINI, R. S. (2014); “Dependência e luta de classes na América Latina”, en *Argumentum*, vol. 6, núm. 2, julio-diciembre, pp. 29-43.

